

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011

1

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
	Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.	Altera o art. 1.211-A do Código de Processo Civil e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, para conferir prioridade à tramitação de processos relacionados à guarda ou adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)	Art. 1º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1.211-D:	Art. 1º O art. 1.211-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.		“ Art. 1.211-A. Terão prioridade de tramitação em todas as instâncias os procedimentos judiciais:
		I – em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
		II – em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de doença grave;
		III – regulados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na forma de seus arts. 152 e 199-C.
Parágrafo único. (VETADO)	” (NR)
Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável.		
	“ Art. 1.211-D. Fica assegurada prioridade na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.”	
Art. 1.212. A cobrança da dívida ativa da União incumbe aos seus procuradores e, quando a ação for		



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011

2

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
proposta em foro diferente do Distrito Federal ou das Capitais dos Estados ou Territórios, também aos membros do Ministério Público Estadual e dos Territórios, dentro dos limites territoriais fixados pela organização judiciária local.		
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)		Art. 2º O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “e”:
Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.		“ Art. 4º
Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.		Parágrafo único.
		e) premência na tramitação dos processos e procedimentos previstos nesta Lei, assim como na execução dos atos e diligências judiciais que lhes são referentes.” (NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

